



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



**Processo nº:** 1552/2017-e

**Origem:** Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

**Assunto:** Auditoria de Regularidade

**Montante em exame:** R\$ 689.479,71

**Ementa:** Auditoria de regularidade. SEDF. PGA 2017. Verificação da regularidade de pagamentos efetuados a servidores inativos e pensionistas na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007, bem como o cumprimento das providências adotadas por força das decisões proferidas em concessões julgadas ilegais, legais com correção posterior e demais deliberações deste Tribunal em processos de aposentadorias e pensões e melhorias posteriores. Correções a posteriori. Recomendação e determinações (Decisão nº 4.651/2017). Prorrogação de prazo. Reiteração, com alerta para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/1994 (Decisão nº 5620/2018). Nova prorrogação de prazo (Despacho Singular nº 116/2019 e 355/2019 - GCRR). Cumprimento parcial da diligência e reiteração (Decisão nº 3846/2019).

**Cumprimento Parcial da Decisão nº 3846/2019. Reiteração da diligência.**

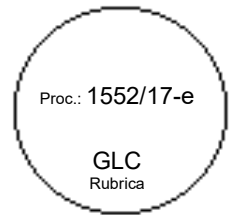
Senhor Diretor,

Trata-se de Auditoria de Regularidade levada a efeito na Secretaria de Estado de Educação do DF, em atendimento ao Plano Geral de Ação para o exercício de 2017, objetivando verificar a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas, na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24185/2007, e o cumprimento das providências adotadas em razão de concessões de aposentadoria julgadas ilegais, legais com correção posterior, bem assim das demais decisões prolatadas por esta Corte em processos de concessões de aposentadorias e pensões e melhorias posteriores.

2. Por meio da Decisão nº 5620/2018, o Tribunal baixou os autos em diligência, na forma a seguir:



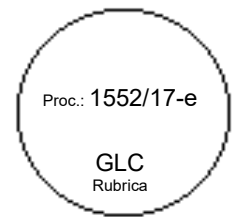
**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da instrução formulada pela Divisão de Fiscalização de Pessoal/SEFIPE, bem como dos e-DOC's 2D89FC4C-c, DA7BFEC9-c e 40ABFD6C-c; II – ter por atendidas: a) a diligência objeto da Decisão nº 2.483/2017; b) a diligência objeto dos itens IV, V, alíneas “c”, “d”, “i”, “l”, “o”, “p”, “r”, “s”, “t”, “u”, “v”, “y”, “bb”, “gg”, “mm”; VII a IX e XII da Decisão nº 4.651/2017; III – fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal dê cumprimento ao prescrito nas alíneas a, b, e, f, g, h, j, k, m, n, q, w, x, z, aa, cc, dd, ee, ff, hh, ii, jj, kk e ll do item V da Decisão nº 4.651/2017, observando, no que couber, o que deflui dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos casos a seguir indicados: a) em relação à servidora AGNALCYE VIEIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 0200161-6, reiterar o cumprimento do item III da Decisão nº 4.300/2014, promovendo, se for necessário, a suspensão do pagamento da aposentadoria, como medida extrema para comparecimento da servidora; b) em relação ao servidor AILTON FERREIRA ASSIS DE ALMEIDA, Matrícula nº 0060985-4, acompanhar o andamento do Mandado de Segurança nº 2006.34.00.014676-4 e da Ação de Conhecimento nº 2008.34.00.023694-8, referidos no item III.c da Decisão nº 525/2015, em tramitação na Justiça Federal; c) em relação ao servidor ELSIO JEOVÁ DOS SANTOS, Matrícula nº 094064-X, reiterar o cumprimento da determinação disposta no item II da Decisão nº 5.095/2015, tendo em conta a opção manifestada pelo servidor, no sentido de que seja encaminhado novamente a esta Corte de Contas o Processo GDF nº 080.003.740/2007, para fins de apreciação do ato concessório; d) em relação à pensionista ELZA JESUS DE OLIVEIRA, Matrícula nº 0224169-2, corrigir, nos pagamentos atuais da pensionista, o valor da rubrica 10209 “Pensão Vitalícia” de R\$ 1.844,38 (mil oitocentos e quarenta e quatro reais, e trinta e oito centavos) para R\$ 1.633,04 (mil seiscentos e trinta e três reais e quatro centavos), bem como elaborar novo Título de Pensão corrigindo o valor da mesma parcela de R\$ 1.310,41 (mil trezentos e dez reais e quarenta e um centavos) para R\$ 1.166,70 (mil cento e sessenta e seis reais e setenta centavos); e) em relação à aposentada FRANCISCA DE FÁTIMA ALMEIDA DE DEUS, Matrícula nº 0037405-9, elaborar novo Abono Provisório corrigindo o valor da parcela “Proventos” de R\$ 2.635,33 (dois mil seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos) para R\$ 2.365,33 (dois mil trezentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos), atentando para os reflexos nas parcelas vinculadas, bem como corrigir nos proventos atuais o valor da Gratificação de Atividade de Ensino Especial – GAEE de R\$ 24,31 para R\$ 29,15; f) em relação à servidora GERALDA FLORINHA DE SOUZA OLIVEIRA LEITÃO, Matrícula nº 0040070-X, reiterar o cumprimento do item II.2 da Decisão nº 4.822/2014; g) em relação à ex-servidora GLÓRIA ALICE BORGES DA SILVA, Matrícula nº 0040664-3, adotar as providências necessárias a fim de ressarcir o erário em face dos pagamentos realizados após o óbito da servidora, no período de 03/05/2015 a 01/2016; h) em relação à servidora HELENA GUIMARÃES OLIVEIRA, Matrícula nº 0064576-1, reiterar o cumprimento do item IV da Decisão nº 5.340/2015, observando a adequação do pagamento; i) em relação à servidora JAQUELINE CAMPOS VIEIRA, Matrícula nº 0064870-1, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da parcela “VPNI LEI 5250/2013” de R\$ 363,32 (trezentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos) para R\$ 404,84 (quatrocentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos); j) em relação à servidora LÚCIA MARIA MACIEIRA CANCIO, Matrícula nº 0075834-5, adotar as providências necessárias



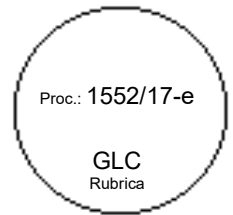
**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



*para fins de ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente a título de licença-prêmio em pecúnia, considerando o julgamento desfavorável do Processo Judicial e no Processo TCDF nº 22.875/14 (Decisão nº 661/2015); k) em relação à servidora MARIA DA PENA BATISTA DA CUNHA, Matrícula nº 0039323-1, comprovar o direito da servidora à percepção da Gratificação de Atividade de Zona Rural - GAZR, caso contrário, excluir a referida parcela dos pagamentos da servidora. Ademais, visando o cumprimento do item II.b da Decisão nº 3091/2014, esclarecer a divergência entre a data a que a servidora teria direito à concessão do abono de permanência (15.08.2008) e a data que o referido direito foi concedido (02.01.2008), providenciando o necessário ajuste, bem como o ressarcimento de valores porventura pagos indevidamente; l) em relação à servidora MARIA DE FÁTIMA DO CANTO BARROS SANTOUCY, Matrícula nº 0059614-0, reiterar o cumprimento do item "III.a" da Decisão nº 153/2015; m) em relação à servidora NELITA PEREIRA, Matrícula nº 0059899-2, reiterar o cumprimento das alíneas "a" e "b" do item III da Decisão nº 5.598/2014; n) em relação à servidora NILCE MARIA DE ANDRADE COELHO, Matrícula nº 0051883-2, comprovar o direito da servidora à percepção da Gratificação de Titulação, caso contrário, excluir a referida parcela do Abono Provisório, atentando para os reflexos nos pagamentos; o) em relação à servidora NISIA MARIA FRANÇA DOS ANJOS, Matrícula nº 0036047-3, adotar as providências necessárias objetivando concluir o levantamento iniciado para a verificação do correto percentual da parcela GAPED a ser paga à servidora, corrigindo, se for o caso, o abono provisório e os pagamentos atuais da servidora; p) em relação à servidora NOEME GOMES XAVIER, Matrícula nº 212.764-4, reiterar o cumprimento do item IV da Decisão nº 306/2015, no sentido de que adote as medidas corretivas pertinentes, tendo em vista a confirmação da averbação de tempo de serviço nas duas concessões de aposentadoria (GDF e INSS); q) em relação ao servidor RENAULD CAMPOS LIMA, Matrícula nº 0098414-0, elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 77 do Processo GDF nº 080.010.576/2009, para correção do posicionamento funcional do servidor para Classe A - Etapa Salarial 25-AD I; r) em relação à pensionista RITA MARIA ALVES PEREIRA SOARES (vitalícia), Matrículas nºs 0221429-6 e 0221432-6 e ao pensionista WELLINGTON CLÁUDIO PEREIRA SOARES (temporária), Matrículas nºs 0221430-X e 0221434-2, beneficiários de WELLINGTON CLAUDIO SOARES, Matrículas nºs 0045635-7 e 0205319-5, examinar a regularidade dos pagamentos efetuados quanto aos efeitos da Lei nº 5.250, de 19.12.13 e reajustamento disposto pela EC nº 70/2012, a teor do disposto pela Decisão nº 4.148/13, com adendo de que deverá ser demonstrada a memória de cálculo das providências adotadas para fins de análise de sua regularidade; s) em relação à servidora SALVELINA MACIEL DE ABREU, Matrícula nº 0028217-0, reiterar o cumprimento do item III da Decisão nº 1025/2015; t) em relação à servidora SANDRA APARECIDA DE SOUZA LACERDA, Matrícula nº 0032894-4, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da parcela "VPNI LEI 5250/2013" de R\$ 223,72 (duzentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos) para R\$ 285,37 (duzentos e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos), bem como o valor da parcela "VPNI LEI 5105/2013" de R\$ 852,45 (oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) para R\$ 820,42 (oitocentos e vinte reais e quarenta e dois centavos); u) em relação à servidora SONALI DE FÁTIMA MENDES VIEIRA, Matrícula nº 0041561-8, comprovar o direito da servidora à percepção da Gratificação de Titulação, caso contrário, elaborar novo Abono Provisório excluindo*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



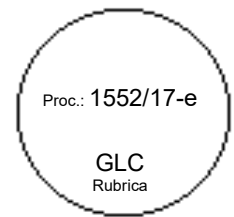
*a referida parcela, atentando para os reflexos nos pagamentos da servidora; v) em relação à servidora TEREZA CRISTINA ROCHA MUNDIM, Matrícula nº 0041906-0, confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 99 do Processo GDF nº 465.000.360/2010, para incluir a parcela de Gratificação de Atividade em Zona Rural – GAZR, auferida pela servidora desde 2005; w) em relação ao servidor VICENTE REZENDE DOS SANTOS, Matrícula nº 0045379-X, comprovar o direito do servidor à percepção da Gratificação de Titulação, caso contrário, excluir a referida parcela do Abono Provisório, atentando para os reflexos nos pagamentos do servidor; IV – fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal dê cumprimento ao previsto no item XI, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 4.651/2017, observando, no que couber, o que deflui dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, adotando as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, bem como ao enviando ao Tribunal a documentação comprobatória de sua implementação: a) com fundamento no art. 37, inciso XVI, da CF/88, esclarecer se restou comprovada a compatibilidade horária entre os cargos ocupados pelo servidor HELITON LEAL SILVA, quais sejam, Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SE/DF, Matrícula nº 0251141-0, com carga horária de 20 horas, e Analista do MPU/PGR, com carga horária de 40 horas; b) quanto ao servidor JAIRTON DA SILVA CAMARA, encaminhar as conclusões da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, devendo abranger, necessariamente, a licitude da acumulação dos dois cargos, o de professor com o de cargo comissionado de Diretor, além de possível vínculo com instituição de ensino da rede privada, bem como da compatibilidade horária entre os cargos ocupados; V – determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SE/DF que, tendo em conta o não atendimento do item V, alínea “h”, da Decisão nº 4.651/2017 (que reiterou o item III da Decisão nº 4.357/2016), no prazo de 30 (trinta) dias, em relação à servidora FRANCISCA RODRIGUES NETA, Matrícula nº 0037913-1, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa, exclua o tempo das certidões citadas às fls. 66 do Processo GDF nº 080.000.829/2011 (caso não sejam apresentadas) para todos os fins considerados, dando ciência ao Tribunal das medidas adotadas, tendo em conta os períodos efetivamente certificados nos autos; VI – alertar a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/1994, c/c o § 2º do art. 272 do Regimento Interno do TCDF, caso as diligências alinhadas nesta decisão não sejam atendidas; VII – autorizar: a) a remessa de cópia da Instrução S/N-Difipe (e-DOC 9FB26B4A) e desta decisão à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF para melhor compreensão da matéria; b) o retorno dos autos à SEFIPE, para as providências subsequentes.*

3. Por meio do Ofício nº 404/2019-SEE/GAB (e-doc D7FE0651), a SE interpôs pedido de prorrogação de prazo para cumprimento da Decisão nº 5620/2018, provido nos termos da Despacho Singular nº 116/2019 - GCRR (e-doc C6E6B95B).
4. Posteriormente, mediante o Ofício nº 1565/2019-SEE/GAB (e-doc DC83B299), a SE informou o cumprimento de alguns itens da Decisão e interpôs novo





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



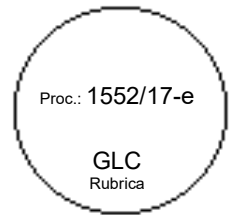
pedido de prorrogação de prazo para cumprimento da mesma decisão, provido nos termos da Despacho Singular nº 355/2019 (e-doc 86F3B8A0).

5. Posteriormente, por meio do Ofício SEI-GDF Nº 1701/2019 – SEE/GAB (e-doc F10F9944), a SE interpôs novo pedido de prorrogação de prazo para cumprimento da diligência. Essa Corte, então, reiterou à Secretaria de Estado de Educação o item III da retrocitada Decisão. Nestes termos, emanou a Decisão nº 3846/2019, *in verbis*:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – reiterar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SE/DF que cumpra, no prazo de 30 (trinta) dias, a Decisão nº 5.620/2018, vazada nos termos seguintes: “III – dar cumprimento ao prescrito nas alíneas a, b, e, f, g, h, j, k, m, n, q, w, x, z, aa, cc, dd, ee, ff, hh, ii, jj, kk e ll do item V da Decisão nº 4.651/2017, observando, no que couber, o que deflui dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos casos a seguir indicados: a) em relação à servidora AGNALCYE VIEIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 0200161- 6, reiterar o cumprimento do item III da Decisão nº 4.300/2014, promovendo, se for necessário, a suspensão do pagamento da aposentadoria, como medida extrema para comparecimento da servidora; b) em relação ao servidor AILTON FERREIRA ASSIS DE ALMEIDA, Matrícula nº 0060985-4, acompanhar o andamento do Mandado de Segurança nº 2006.34.00.014676-4 e da Ação de Conhecimento nº 2008.34.00.023694-8, referidos no item III.c da Decisão nº 525/2015, em tramitação na Justiça Federal; c) em relação ao servidor ELSIO JEOVÁ DOS SANTOS, Matrícula nº 094064-X, reiterar o cumprimento da determinação disposta no item II da Decisão nº 5.095/2015, tendo em conta a opção manifestada pelo servidor, no sentido de que seja encaminhado novamente a esta Corte de Contas o Processo GDF nº 080.003.740/2007, para fins de apreciação do ato concessório; d) em relação à pensionista ELZA JESUS DE OLIVEIRA, Matrícula nº 0224169-2, corrigir, nos pagamentos atuais da pensionista, o valor da rubrica 10209 “Pensão Vitalícia” de R\$ 1.844,38 (mil oitocentos e quarenta e quatro reais, e trinta e oito centavos) para R\$ 1.633,04 (mil seiscentos e trinta e três reais e quatro centavos), bem como elaborar novo Título de Pensão corrigindo o valor da mesma parcela de R\$ 1.310,41 (mil trezentos e dez reais e quarenta e um centavos) para R\$ 1.166,70 (mil cento e sessenta e seis reais e setenta centavos); e) em relação à aposentada FRANCISCA DE FÁTIMA ALMEIDA DE DEUS, Matrícula nº 0037405-9, elaborar novo Abono Provisório corrigindo o valor da parcela “Proventos” de R\$ 2.635,33 (dois mil seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos) para R\$ 2.365,33 (dois mil trezentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos), atentando para os reflexos nas parcelas vinculadas, bem como corrigir nos proventos atuais o valor da Gratificação de Atividade de Ensino Especial – GAEE de R\$ 24,31 para R\$ 29,15; f) em relação à servidora GERALDA FLORINHA DE SOUZA OLIVEIRA LEITÃO, Matrícula nº 0040070-X, reiterar o cumprimento do item II.2 da Decisão nº 4.822/2014; g) em relação à ex-servidora GLÓRIA ALICE BORGES DA SILVA, Matrícula nº 0040664-3, adotar as providências necessárias a fim de ressarcir o erário em face dos pagamentos realizados após o óbito da servidora, no período de 03/05/2015 a 01/2016; h) em relação à servidora HELENA GUIMARÃES OLIVEIRA, Matrícula nº 0064576-1, reiterar o cumprimento do item IV da Decisão nº*



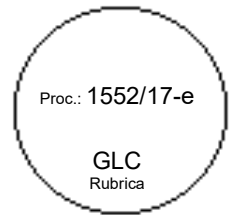
**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



5.340/2015, observando a adequação do pagamento; i) em relação à servidora JAQUELINE CAMPOS VIEIRA, Matrícula nº 0064870-1, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da parcela “VPNI LEI 5250/2013” de R\$ 363,32 (trezentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos) para R\$ 404,84 (quatrocentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos); j) em relação à servidora LÚCIA MARIA MACIEIRA CANCIO, Matrícula nº 0075834-5, adotar as providências necessárias para fins de ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente a título de licença-prêmio em pecúnia, considerando o julgamento desfavorável do Processo Judicial e no Processo TCDF nº 22.875/14 (Decisão nº 661/2015); k) em relação à servidora MARIA DA PENA BATISTA DA CUNHA, Matrícula nº 0039323-1, comprovar o direito da servidora à percepção da Gratificação de Atividade de Zona Rural - GAZR, caso contrário, excluir a referida parcela dos pagamentos da servidora. Ademais, visando o cumprimento do item II.b da Decisão nº 3091/2014, esclarecer a divergência entre a data a que a servidora teria direito à concessão do abono de permanência (15.08.2008) e a data que o referido direito foi concedido (02.01.2008), providenciando o necessário ajuste, bem como o ressarcimento de valores porventura pagos indevidamente; l) em relação à servidora MARIA DE FÁTIMA DO CANTO BARROS SANTOUCY, Matrícula nº 0059614-0, reiterar o cumprimento do item “III.a” da Decisão nº 153/2015; m) em relação à servidora NELITA PEREIRA, Matrícula nº 0059899-2, reiterar o cumprimento das alíneas “a” e “b” do item III da Decisão nº 5.598/2014; n) em relação à servidora NILCE MARIA DE ANDRADE COELHO, Matrícula nº 0051883-2, comprovar o direito da servidora à percepção da Gratificação de Titulação, caso contrário, excluir a referida parcela do Abono Provisório, atentando para os reflexos nos pagamentos; o) em relação à servidora NISIA MARIA FRANÇA DOS ANJOS, Matrícula nº 0036047-3, adotar as providências necessárias objetivando concluir o levantamento iniciado para a verificação do correto percentual da parcela GAPED a ser paga à servidora, corrigindo, se for o caso, o abono provisório e os pagamentos atuais da servidora; p) em relação à servidora NOEME GOMES XAVIER, Matrícula nº 212.764-4, reiterar o cumprimento do item IV da Decisão nº 306/2015, no sentido de que adote as medidas corretivas pertinentes, tendo em vista a confirmação da averbação de tempo de serviço nas duas concessões de aposentadoria (GDF e INSS); q) em relação ao servidor RENAULD CAMPOS LIMA, Matrícula nº 0098414-0, elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 77 do Processo GDF nº 080.010.576/2009, para correção do posicionamento funcional do servidor para Classe A - Etapa Salarial 25-AD I; r) em relação à pensionista RITA MARIA ALVES PEREIRA SOARES (vitalícia), Matrículas nºs 0221429-6 e 0221432-6 e ao pensionista WELLINGTON CLÁUDIO PEREIRA SOARES (temporária), Matrículas nºs 0221430-X e 0221434-2, beneficiários de WELLINGTON CLAUDIO SOARES, Matrículas nºs 0045635-7 e 0205319-5, examinar a regularidade dos pagamentos efetuados quanto aos efeitos da Lei nº 5.250, de 19.12.13 e reajustamento disposto pela EC nº 70/2012, a teor do disposto pela Decisão nº 4.148/13, com adendo de que deverá ser demonstrada a memória de cálculo das providências adotadas para fins de análise de sua regularidade; s) em relação à servidora SALVELINA MACIEL DE ABREU, Matrícula nº 0028217-0, reiterar o cumprimento do item III da Decisão nº 1025/2015; t) em relação à servidora SANDRA APARECIDA DE SOUZA LACERDA, Matrícula nº 0032894-4, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da parcela “VPNI LEI 5250/2013” de R\$ 223,72 (duzentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



*para R\$ 285,37 (duzentos e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos), bem como o valor da parcela “VPNI LEI 5105/2013” de R\$ 852,45 (oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) para R\$ 820,42 (oitocentos e vinte reais e quarenta e dois centavos); u) em relação à servidora SONALI DE FÁTIMA MENDES VIEIRA, Matrícula nº 0041561-8, comprovar o direito da servidora à percepção da Gratificação de Titulação, caso contrário, elaborar novo Abono Provisório excluindo a referida parcela, atentando para os reflexos nos pagamentos da servidora; v) em relação à servidora TEREZA CRISTINA ROCHA MUNDIM, Matrícula nº 0041906-0, confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 99 do Processo GDF nº 465.000.360/2010, para incluir a parcela de Gratificação de Atividade em Zona Rural – GAZR, auferida pela servidora desde 2005; w) em relação ao servidor VICENTE REZENDE DOS SANTOS, Matrícula nº 0045379-X, comprovar o direito do servidor à percepção da Gratificação de Titulação, caso contrário, excluir a referida parcela do Abono Provisório, atentando para os reflexos nos pagamentos do servidor; IV – dar cumprimento ao previsto no item XI, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 4.651/2017, observando, no que couber, o que deflui dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, adotando as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, bem como ao enviando ao Tribunal a documentação comprobatória de sua implementação: a) com fundamento no art. 37, inciso XVI, da CF/88, esclarecer se restou comprovada a compatibilidade horária entre os cargos ocupados pelo servidor HELITON LEAL SILVA, quais sejam, Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SE/DF, Matrícula nº 0251141-0, com carga horária de 20 horas, e Analista do MPU/PGR, com carga horária de 40 horas; b) quanto ao servidor JAIRTON DA SILVA CAMARA, encaminhar as conclusões da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, devendo abranger, necessariamente, a licitude da acumulação dos dois cargos, o de professor com o de cargo comissionado de Diretor, além de possível vínculo com instituição de ensino da rede privada, bem como da compatibilidade horária entre os cargos ocupados; V – tendo em conta o não atendimento do item V, alínea “h”, da Decisão nº 4.651/2017 (que reiterou o item III da Decisão nº 4.357/2016), em relação à servidora FRANCISCA RODRIGUES NETA, Matrícula nº 0037913-1, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa, excluir o tempo das certidões citadas às fls. 66 do Processo GDF nº 080.000.829/2011 (caso não sejam apresentadas) para todos os fins considerados, dando ciência ao Tribunal das medidas adotadas, tendo em conta os períodos efetivamente certificados nos autos”; II – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins.*

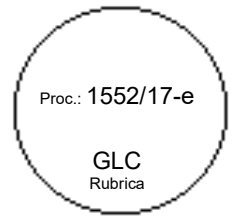
6. Por último, o Secretário de Educação, por intermédio do Ofício SEI-GDF nº 2734/2019 – SEE/GAB (e-doc CEB75D5A), de 27/12/2019, encaminhou informações complementares sobre o cumprimento das Decisões.

7. Assim, tendo em vista as informações e os documentos acima mencionados, passa-se à análise dos itens III, IV e V da Decisão nº 5620/2018.

*III – fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal dê cumprimento ao prescrito nas alíneas a, b, e, f, g, h, j, k, m, n, q, w,*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



*x, z, aa, cc, dd, ee, ff, hh, ii, jj, kk e ll do item V da Decisão nº 4.651/2017, observando, no que couber, o que deflui dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos casos a seguir indicados:*

*a) em relação à servidora AGNALCYE VIEIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 0200161-6, reiterar o cumprimento do item III da Decisão nº 4.300/2014, promovendo, se for necessário, a suspensão do pagamento da aposentadoria, como medida extrema para comparecimento da servidora;*

8. Em relação à servidora Agnalcye Vieira dos Santos, foi acostado como anexo ao Ofício SEI-GDF Nº 2734/2019 – SEE/GAB (e-doc CEB75D5A) o “Laudo Médico Pericial nº 005/2019” (fl. 5), de 29/10/2019, emitido pela Junta Médica Oficial, que concluiu “Mantida a invalidez para o trabalho”, tem-se por cumprida a presente determinação.

*b) em relação ao servidor AILTON FERREIRA ASSIS DE ALMEIDA, Matrícula nº 0060985-4, acompanhar o andamento do Mandado de Segurança nº 2006.34.00.014676-4 e da Ação de Conhecimento nº 2008.34.00.023694-8, referidos no item III.c da Decisão nº 525/2015, em tramitação na Justiça Federal;*

9. Sobre essa questão, a jurisdicionada encaminhou como anexo o Despacho SEI-GDF PGDF/PGCONT/PROPES 25331855 (fls. 8/9 do e-doc CEB75D5A), nos seguintes termos:

*No tocante as informações solicitadas envolvendo o servidor Ailton Ferreira Assis de Almeida, esclareço que:*

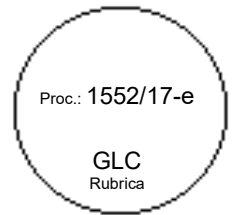
- i. consulta ao andamento processual pertinente indica que, nos autos do mandado de Segurança nº 2006.34.00.014676-4, aparentemente foi proferida sentença desfavorável ao Impetrante, sendo que o processo atualmente aguarda o julgamento de apelação na 2ª Turma do TRF da 1ª Região;*
- ii. consulta ao andamento processual pertinente indica que, nos autos da Ação de Conhecimento nº 2008.34.00.023694-8, aparentemente foi proferida sentença favorável ao servidor/Autor, já transitada em julgado. O feito atualmente se encontra em fase de cumprimento de sentença apresentado pelo servidor/Autor.*

10. Em relação ao Mandado de Segurança nº 2006.34.00.014676-4, destaca-se que houve a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC, dada a perda superveniente de objeto. Pode-se ter por superada a questão.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



11. No tocante à Ação de Conhecimento nº 2008.34.00.023694-8, segundo observação constante do sítio eletrônico do TRF1 (fl. 3 e-doc 2351FD74), consta que foi favorável ao servidor. Trata-se de “Continuar a receber seus proventos de aposentadoria – restabelecimento do benefício cancelado”, houve oposição de embargos de declaração à execução pelo Instituto Nacional do Seguro Social, Processo nº 0044289-52.2011.4.01.3400, cuja sentença, também favorável ao exequente (ressalvado excesso na execução), foi proferida em 25/09/2018 (aba “Associados” do e-TCDF), com trânsito em julgado 10/12/2018.

*c) em relação ao servidor ELSIO JEOVÁ DOS SANTOS, Matrícula nº 094064-X, reiterar o cumprimento da determinação disposta no item II da Decisão nº 5.095/2015<sup>1</sup>, tendo em conta a opção manifestada pelo servidor, no sentido de que seja encaminhado novamente a esta Corte de Contas o Processo GDF nº 080.003.740/2007, para fins de apreciação do ato concessório;*

12. A jurisdicionada informou que foram tornados sem efeito os atos que retificaram a aposentadoria do servidor e, portanto, houve a manutenção da aposentadoria inicialmente concedida em 17 de março de 2008 (fl. 13 e-doc DC83B299-c).

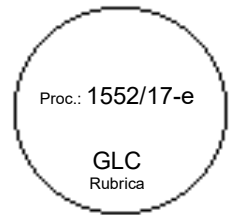
13. Todavia, tais informações já foram analisadas preteritamente e o Tribunal julgou não serem suficientes para o cumprimento da determinação. O que se deliberou na última decisão foi por novo encaminhamento do processo a esta Corte de Contas para fins de apreciação do ato concessório, cujo fundamento respalda-se no art. 40, §§1º, inciso III, alínea “b”, 3º, 8º e 17º, da Constituição Federal, na redação dada pela EC nº 41/2003 (facultativa aos 65 anos, proporcional pela média). Sendo assim, sugere-se ao e. Plenário a reiteração do presente item, no sentido de que seja encaminhado a esta Corte de Contas o Processo GDF nº 080.003.740/2007 para fins de apreciação do ato concessório.

*d) em relação à pensionista ELZA JESUS DE OLIVEIRA, Matrícula nº 0224169-2, corrigir, nos pagamentos atuais da pensionista, o valor da rubrica 10209*

<sup>1</sup> II – considerar ilegal a concessão em exame, com recusa do registro, devendo a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODEF), no sentido de dar ciência ao interessado quanto à possibilidade de manutenção da aposentadoria inicialmente concedida, com fundamento no art. 40, §§ 1º, inciso III, alínea “b”, 3º, 8º e 17, da Constituição Federal, na redação dada pela EC n.º 41/2003, hipótese em que deverão ser tornados sem efeito os atos retificativos de fls. 50 e 85 – Apenso n.º 080.003740/07-GDF e elaborado novo abono provisório, em substituição ao de fl. 88 do mesmo apenso, encaminhando-se os autos apensos novamente a esta Corte de Contas para fins de apreciação do ato concessório, ou, ao contrário, deverá ser editado ato para tornar sem efeito o ato concessório e as retificações, observadas as demais implicações decorrentes desse fato, o que será objeto de verificação em futura auditoria;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



*“Pensão Vitalícia” de R\$ 1.844,38 (mil oitocentos e quarenta e quatro reais, e trinta e oito centavos) para R\$ 1.633,04 (mil seiscentos e trinta e três reais e quatro centavos), bem como elaborar novo Título de Pensão corrigindo o valor da mesma parcela de R\$ 1.310,41 (mil trezentos e dez reais e quarenta e um centavos) para R\$ 1.166,70 (mil cento e sessenta e seis reais e setenta centavos);*

14. A jurisdicionada retificou os valores do título de pensão. Conforme buscas no SIRGH, verifica-se que os proventos do instituidor foram corrigidos para R\$ 1.166,70 (aba “Associados” do e-TCDF) e devidamente atualizados. Os valores foram corrigidos no contracheque da pensionista em setembro de 2018. O novo título de pensão não foi apresentado, o que entendemos relevável tendo em conta as correções referidas.

*e) em relação à aposentada FRANCISCA DE FÁTIMA ALMEIDA DE DEUS, Matrícula nº 0037405-9, elaborar novo Abono Provisório corrigindo o valor da parcela “Proventos” de R\$ 2.635,33 (dois mil seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos) para R\$ 2.365,33 (dois mil trezentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos), atentando para os reflexos nas parcelas vinculadas, bem como corrigir nos proventos atuais o valor da Gratificação de Atividade de Ensino Especial – GAEE de R\$ 24,31 para R\$ 29,15;*

15. A jurisdicionada informou que foi elaborado novo abono provisório, mas ressaltou que o valor da GAEE da servidora está correto em virtude do modo de incorporação da vantagem (fl. 09 e-DOC DC83B299). O novo abono provisório está acostado à aba “Associados” do e-TCDF.

16. Correto o valor da GAEE (R\$ 24,31), conforme apontado pela jurisdicionada. No abono provisório, consta o percentual do ATS em 11%, sendo que o correto seria 10%, mas no contracheque atual da aposentada já está no percentual correto (10%), cabe determinar a elaboração de novo abono provisório.

*f) em relação à servidora GERALDA FLORINHA DE SOUZA OLIVEIRA LEITÃO, Matrícula nº 0040070-X, reiterar o cumprimento do item II.2 da Decisão nº 4.822/2014<sup>2</sup>;*

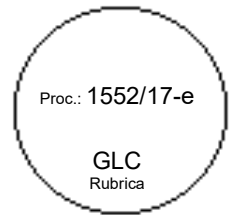
17. Em cumprimento, a jurisdicionada encaminhou declaração emitida por médico perito informando os CIDS motivadores da concessão da aposentadoria por invalidez (fl. 12 e-doc CEB75D5A).

---

<sup>2</sup> II – determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que: 2) observe o disposto no item II da Decisão nº 4262/14, providenciando a complementação do Laudo Médico de fl. 1 – apenso, cujo cumprimento será visto em auditoria;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



*g) em relação à ex-servidora GLÓRIA ALICE BORGES DA SILVA, Matrícula nº 0040664-3, adotar as providências necessárias a fim de ressarcir o erário em face dos pagamentos realizados após o óbito da servidora, no período de 03/05/2015 a 01/2016;*

18. A Secretaria de Estado de Educação informa que o processo nº 080.001667/2016 foi encaminhado à Procuradoria-Geral do Distrito Federal para fins de cobrança judicial, que foram adotadas as providências cabíveis e realizado termo de encerramento (Despacho SEE/SIGEP/COPRE/DIPAE/GAP 23877555, aba “Associados” do e-TCDF).

*h) em relação à servidora HELENA GUIMARÃES OLIVEIRA, Matrícula nº 0064576-1, reiterar o cumprimento do item IV da Decisão nº 5.340/2015<sup>3</sup>, observando a adequação do pagamento;*

19. A jurisdicionada elaborou novo abono provisório, acostado à aba “Associados” do e-TCDF, todavia ainda apresenta erro nas parcelas. Conforme histórico, acostado à aba “Associados” do e-TCDF, ainda estão sendo pagos 2/10 relativos ao DF-11. Assim, sugere-se a reiteração do item.

*i) em relação à servidora JAQUELINE CAMPOS VIEIRA, Matrícula nº 0064870-1, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da parcela “VPNI LEI 5250/2013” de R\$ 363,32 (trezentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos) para R\$ 404,84 (quatrocentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos);*

20. A jurisdicionada informou que o valor foi alterado na folha de julho de 2019 e apresentou o respectivo contracheque da servidora (fl. 14 e-doc CEB75D5A). Deste modo, tem-se por superado o presente item.

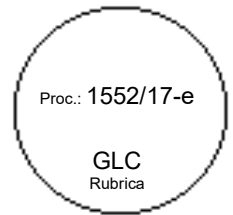
*j) em relação à servidora LÚCIA MARIA MACIEIRA CANCIO, Matrícula nº 0075834-5, adotar as providências necessárias para fins de ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente a título de licença-prêmio em pecúnia, considerando*

---

<sup>3</sup> IV – determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, o que será objeto de verificação em futura auditoria, que adote as seguintes providências: 1) elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 162 – apenso (Processo nº 463.000.820/09-GDF), para fazer constar corretamente as parcelas de décimos a que faz jus a servidora (2/10 da Representação de Gabinete – Auxiliar A; 2/10 da Representação de Gabinete – Auxiliar – B; 2/10 da Representação de Gabinete – Oficial de Gabinete), atentando para os reflexos dessa medida nos pagamentos atuais da interessada; 2) tornar sem efeito o documento substituído;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



*o julgamento desfavorável do Processo Judicial e no Processo TCDF nº 22.875/14 (Decisão nº 661/2015);*

21. A jurisdicionada declarou que, consoante esclarecimentos prestados pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, Despacho SEE/SUGEP 33102751 (aba "Associados" do e-TCDF), a decisão judicial proferida em desfavor da servidora condicionou a devolução dos valores a prévio procedimento administrativo, a fim de respeitar o contraditório. Não obstante, não informou as providências posteriores.

*k) em relação à servidora MARIA DA PENA BATISTA DA CUNHA, Matrícula nº 0039323-1, comprovar o direito da servidora à percepção da Gratificação de Atividade de Zona Rural - GAZR, caso contrário, excluir a referida parcela dos pagamentos da servidora. Ademais, visando o cumprimento do item II.b da Decisão nº 3091/2014, esclarecer a divergência entre a data a que a servidora teria direito à concessão do abono de permanência (15.08.2008) e a data que o referido direito foi concedido (02.01.2008), providenciando o necessário ajuste, bem como o ressarcimento de valores porventura pagos indevidamente;*

22. Sobre o abono de permanência, apontou que a interessada utilizou LPA e anexou um demonstrativo de tempo de serviço para fins de concessão de abono de permanência (aba "Associados" do e-TCDF).

23. O fundamento para concessão do abono de permanência foi o art. 2º da Emenda Constitucional nº 41<sup>4</sup>.

24. Nesta esteira, em 16/12/1998, a servidora já possuía cargo efetivo na Administração Pública e, em 02/01/2008, a servidora possuía 52 anos, 8 anos de efetivo exercício no cargo da aposentadoria e 11.424 dias (correspondente aos 30 anos mais o período adicional de contribuição equivalente), portanto, cumpridos os requisitos.

25. Tangente à GAZR, a jurisdicionada ratificou o percentual de 0,6% de incorporação, referente ao período de 20/02/2002 a 16/03/2003, exercido no Centro

---

<sup>4</sup> Art. 2º Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, §§ 3º e 17, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

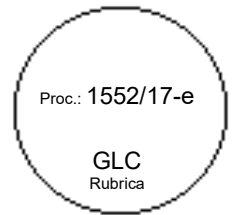
a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



de Ensino Fundamental Fercal, Despacho SEE/SUGEP/COPRE/DIPAE/GAP 21074160 (aba “Associados” do e-TCDF).

*l) em relação à servidora MARIA DE FÁTIMA DO CANTO BARROS SANTOUCY, Matrícula nº 0059614-0, reiterar o cumprimento do item “III.a” da Decisão nº 153/2015<sup>5</sup>;*

26. A jurisdicionada apresentou novo Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS da servidora (fl. 15 e-doc F10F9944). Deste modo, tem-se por cumprido o presente item.

*m) em relação à servidora NELITA PEREIRA, Matrícula nº 0059899-2, reiterar o cumprimento das alíneas “a” e “b” do item III da Decisão nº 5.598/2014<sup>6</sup>;*

27. A jurisdicionada informou que corrigiu o período concomitante e ajustou o ATS. Anexou contracheque da servidora de 07/2017(aba “Associados” do e-TCDF) e novo Demonstrativo de Tempo de Serviço (aba “Associados” do e-TCDF). Item cumprido.

*n) em relação à servidora NILCE MARIA DE ANDRADE COELHO, Matrícula nº 0051883-2, comprovar o direito da servidora à percepção da Gratificação de Titulação, caso contrário, excluir a referida parcela do Abono Provisório, atentando para os reflexos nos pagamentos;*

28. A jurisdicionada esclareceu (Despacho SEE/SUGEP/COPRE/DICAF/GEVOF 23638135 - aba “Associados” do e-TCDF) que a servidora “percebia a Gratificação de Titulação, no percentual de 7% (aperfeiçoamento), nos termos da Lei 3.318/2004, fazendo jus, portanto, à rubrica 10.531(R\$ 64,68)”. Ainda anexou cópia da tela TREDIP31 do SIGRH. A data da emissão do certificado é de 27/08/1986. Item cumprido.

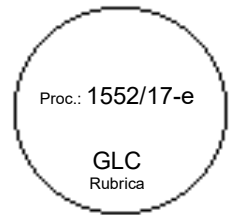
---

<sup>5</sup> III – recomendar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SE que: a) junte aos autos novo Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), em substituição ao de fl. 33 do Processo GDF nº 080.003.477/2010, em cujo rol de empregadores não conste a Companhia Brasileira de Alimentos e a Prefeitura de Paraíba do Sul (RJ), consoante declarou a servidora (fl. 52 desse mesmo feito), o que será objeto de verificação em futura auditoria;

<sup>6</sup> III – determinar à jurisdicionada que promova a alteração do Mapa de fl. 94 do Processo nº 080.001.989/03, a ser verificado em futura auditoria, com vistas a: a) excluir para fins de ATS a licença concedida com base no art. 83 da Lei nº 8.112/90; b) corrigir o tempo averbado relativo à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal de Minas Gerais, considerando haver concomitância parcial de tempo com o exercício do cargo de professor no Distrito Federal, de 01.7 a 31.7.1980;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



*o) em relação à servidora NISIA MARIA FRANÇA DOS ANJOS, Matrícula nº 0036047-3, adotar as providências necessárias objetivando concluir o levantamento iniciado para a verificação do correto percentual da parcela GAPED a ser paga à servidora, corrigindo, se for o caso, o abono provisório e os pagamentos atuais da servidora;*

29. A jurisdicionada declarou ter cumprido a decisão sem anexar a documentação. Ratificou, ainda, o percentual da GAPED (Despacho SEE/SUGEP/COPRE/DIPAE/GAP 21074160 - aba "Associados" do e-TCDF). Nesta esteira, cabe determinar a apresentação da documentação comprobatória.

*p) em relação à servidora NOEME GOMES XAVIER, Matrícula nº 212.764-4, reiterar o cumprimento do item IV da Decisão nº 306/2015<sup>7</sup>, no sentido de que adote as medidas corretivas pertinentes, tendo em vista a confirmação da averbação de tempo de serviço nas duas concessões de aposentadoria (GDF e INSS);*

30. A jurisdicionada informou que procedeu à exclusão do tempo de serviço averbado concomitante e apresentou cópia da tela CADA VB31 (aba "Associados" do e-TCDF), em que não consta nenhuma averbação. Item cumprido.

*q) em relação ao servidor RENAULD CAMPOS LIMA, Matrícula nº 0098414-0, elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 77 do Processo GDF nº 080.010.576/2009, para correção do posicionamento funcional do servidor para Classe A - Etapa Salarial 25-AD I;*

31. Foi elaborado novo abono provisório (aba "Associados" do e-TCDF), corrigindo a classificação funcional do servidor para "Classe A, Etapa 25-ADI". Item cumprido.

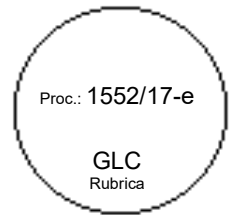
*r) em relação à pensionista RITA MARIA ALVES PEREIRA SOARES (vitalícia), Matrículas nºs 0221429-6 e 0221432-6 e ao pensionista WELLINGTON CLÁUDIO PEREIRA SOARES (temporária), Matrículas nºs 0221430-X e 0221434-2, beneficiários de WELLINGTON CLAUDIO SOARES, Matrículas nºs 0045635-7 e 0205319-5, examinar a regularidade dos pagamentos efetuados quanto aos efeitos da Lei nº 5.250, de 19.12.13 e reajustamento disposto pela EC nº 70/2012, a teor do*

---

<sup>7</sup> IV – determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de confirmar se os períodos de tempo de serviço de 08/04/1960 a 31/01/1961 e de 01/02/1961 a 31/05/1963 foram aproveitados nas duas concessões de aposentadoria (pelo GDF e pelo INSS) e implemente as medidas corretivas pertinentes, o que será verificado em futura auditoria no órgão;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



*disposto pela Decisão nº 4.148/13, com adendo de que deverá ser demonstrada a memória de cálculo das providências adotadas para fins de análise de sua regularidade;*

32. Mediante o Despacho SEE/SUGEP/COPRE/DIPAE/GAP 21074160 (aba "Associados" do e-TCDF), a jurisdicionada informou que:

*Foi efetuada a correção nos proventos dos pensionistas nas 04 matrículas. Na matrícula de vínculo 205.319-5 geraram valores a ressarcir ao erário tendo em vista que no ano de 2013 os dois pensionistas estavam recebendo 100% da pensão cada um. Estes valores foram compensados com os valores de pensão de todas as 4 matrículas (duas de cada pensionista) e lançada a diferença no PAGPDT 02.*

33. Destaca-se que Wellington Claudio Pereira Soares foi desligado em 24 de março de 2019 em virtude do atingimento da maioridade pelo pensionista.

34. Atualmente, em consulta ao SIGRH, verifica-se que a pensionista Rita Maria Alves Pereira Sares está recebendo os estipêndios de pensão nos valores corretos desde março de 2018, observando a atualização prevista na Lei nº 5.250, de 19/12/2013.

*s) em relação à servidora SALVELINA MACIEL DE ABREU, Matrícula nº 0028217-0, reiterar o cumprimento do item III da Decisão nº 1025/2015<sup>8</sup>;*

35. A jurisdicionada apresentou a declaração da servidora de não acumulação de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo, emprego ou função pública (fl. 16 e-DOC F10F9944). Entende-se cumprida a determinação.

*t) em relação à servidora SANDRA APARECIDA DE SOUZA LACERDA, Matrícula nº 0032894-4, corrigir, nos pagamentos atuais da servidora, o valor da parcela "VPNI LEI 5250/2013" de R\$ 223,72 (duzentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos) para R\$ 285,37 (duzentos e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos), bem como o valor da parcela "VPNI LEI 5105/2013" de R\$ 852,45 (oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) para R\$ 820,42 (oitocentos e vinte reais e quarenta e dois centavos);*

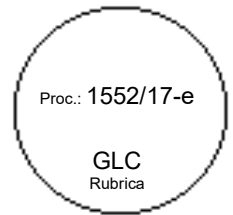
36. A jurisdicionada informou que o valor da vantagem foi alterado na folha de

---

<sup>8</sup> III – recomendar à jurisdicionada providenciar a posterior juntada ao processo físico da declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos e funções públicas, o que será objeto de verificação em auditoria;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



julho de 2019 e apresentou o respectivo contracheque na servidora (fl. 23 e-doc CEB75D5A). Item cumprido.

*u) em relação à servidora SONALI DE FÁTIMA MENDES VIEIRA, Matrícula nº 0041561-8, comprovar o direito da servidora à percepção da Gratificação de Titulação, caso contrário, elaborar novo Abono Provisório excluindo a referida parcela, atentando para os reflexos nos pagamentos da servidora;*

37. A jurisdicionada esclareceu (Despacho 23638135, aba “Associados” do e-TCDF) que a servidora “percebia a Gratificação de Titulação, no percentual de 7% (aperfeiçoamento), nos termos da Lei 3.318/2004, fazendo jus, portanto, à rubrica 10.531(R\$ 64,68)”. Ainda anexou cópia da tela TREDIP31 do SIGRH. A data da emissão do certificado é de 19/02/1997. Item cumprido.

*v) em relação à servidora TEREZA CRISTINA ROCHA MUNDIM, Matrícula nº 0041906-0, confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 99 do Processo GDF nº 465.000.360/2010, para incluir a parcela de Gratificação de Atividade em Zona Rural – GAZR, auferida pela servidora desde 2005;*

38. A jurisdicionada elaborou novo abono provisório (aba “Associados” do e-TCDF) contemplando a GAZR em 6%. Item cumprido.

*w) em relação ao servidor VICENTE REZENDE DOS SANTOS, Matrícula nº 0045379-X, comprovar o direito do servidor à percepção da Gratificação de Titulação, caso contrário, excluir a referida parcela do Abono Provisório, atentando para os reflexos nos pagamentos do servidor;*

39. Foi emitido novo abono provisório, com a gratificação de titulação no percentual de 5% (aba “Associados” do e-TCDF). De acordo com a tela TREDIP31 (aba “Associados” do e-TCDF), o servidor concluiu o curso de treinamento em 1984. Item cumprido.

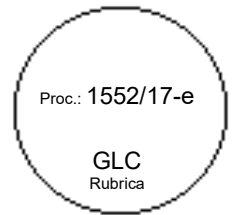
*IV – fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal dê cumprimento ao previsto no item XI, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 4.651/2017<sup>9</sup>, observando, no que couber, o que deflui dos princípios constitucionais*

<sup>9</sup> **XI** – determinar à SEDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando, quando cabível, o que deflui dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, enviando ao Tribunal a documentação comprobatória necessária: **a)** esclarecer se restou comprovada a compatibilidade horária entre os cargos ocupados pelo servidor HELITON LEAL SILVA, quais sejam,





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



*do contraditório e da ampla defesa, adotando as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, bem como ao enviando ao Tribunal a documentação comprobatória de sua implementação:*

*a) com fundamento no art. 37, inciso XVI, da CF/88, esclarecer se restou comprovada a compatibilidade horária entre os cargos ocupados pelo servidor HELITON LEAL SILVA, quais sejam, Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SE/DF, Matrícula nº 0251141-0, com carga horária de 20 horas, e Analista do MPU/PGR, com carga horária de 40 horas;*

40. A Comissão Permanente de Acumulação de Cargos (aba "Associados" do e-TCDF) concluiu pela licitude da acumulação de cargos. Sobre a compatibilidade horária, no processo consta declaração da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia declarando que o professor atua no período noturno, com carga horária das 19 às 23 h, de segunda à sexta feira. Já a Subsecretaria de Pessoal da Procuradoria Geral da República, declarou que o servidor possui jornada de 40 horas semanais, cumprida em turno de 7 horas diárias, sendo 5 horas complementares sujeitas ao regime de sobreaviso. Observa-se que o servidor exerce, de 2016 em diante, o horário compreendido entre 09 e 16h. Portanto, comprovada a compatibilidade horária.

*b) quanto ao servidor JAIRTON DA SILVA CAMARA, encaminhar as conclusões da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, devendo abranger, necessariamente, a licitude da acumulação dos dois cargos, o de professor com o de cargo comissionado de Diretor, além de possível vínculo com instituição de ensino da rede privada, bem como da compatibilidade horária entre os cargos ocupados;*

41. Na etapa anterior, foi constatado que o servidor possuía dois vínculos de Professor da SE/DF, sendo o primeiro na matrícula nº 2007980-3, com carga horária de 40 horas, em que exercia a função de Diretor, FGE-06, e o segundo na matrícula nº 0176089-0, com carga horária de 20 horas. Ademais, foi solicitada informação sobre a ciência da Secretaria acerca de possível exercício de atividades em colégio da rede privada.

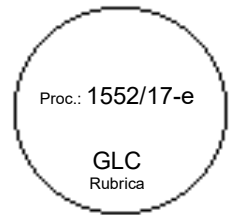
42. Para atendimento à diligência, foram anexadas algumas folhas do processo 080.002636/2009 (aba "Associados" do e-TCDF), em que a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos entende a acumulação ser lícita, por se enquadrar no artigo 37, inciso XVI, alínea a, da Constituição Federal. Não há menção sobre a análise de

---

Professor da SEDF, Matrícula nº 0251141-0, com carga horária de 20 horas, e Analista do MPU/PGR, com carga horária de 40 horas, nos termos do art. 37, XVI, da CF/88; **b)** quanto ao servidor JAIRTON DA SILVA CAMARA, encaminhar as conclusões da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, devendo abranger, necessariamente, a licitude da acumulação dos dois cargos, o de professor com o de cargo comissionado de Diretor, além de possível vínculo com instituição de ensino da rede privada, bem como da compatibilidade horária entre os cargos ocupados;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



compatibilidade horária ou sobre o vínculo provado. Assim sendo, propomos diligência complementar.

*V – determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SE/DF que, tendo em conta o não atendimento do item V, alínea “h”, da Decisão nº 4.651/2017 (que reiterou o item III da Decisão nº 4.357/2016), no prazo de 30 (trinta) dias, em relação à servidora FRANCISCA RODRIGUES NETA, Matrícula nº 0037913-1, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa, exclua o tempo das certidões citadas às fls. 66 do Processo GDF nº 080.000.829/2011 (caso não sejam apresentadas) para todos os fins considerados, dando ciência ao Tribunal das medidas adotadas, tendo em conta os períodos efetivamente certificados nos autos;*

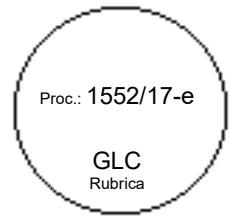
43. Conforme consulta ao SIGRH, tela CADA VB31 (aba “Associados” do e-TCDF), é possível verificar a alteração das incorporações de tempo de serviço. Item cumprido.

44. Pelo exposto, sugere-se ao Tribunal que:

- I. tomar conhecimento da instrução, bem como dos e-DOC’s: DC83B299, F10F9944 e CEB75D5A;
- II. ter por cumpridos as alíneas “a”, “b”, “d”, “e”, “f”, “g”, “i”, “k”, “l”, “m”, “n”, “p”, “q”, “r”, “s”, “t”, “u”, “v” e “w” do item III, alínea “a” do item IV e item V da Decisão nº 5620/2018;
- III. reiterar à Secretaria de Estado de Educação, para cumprimento em 30 (trinta) dias, as alíneas não cumpridas do item III da Decisão nº 5620/2018, observando no que couber os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, na seguinte redação:
  - a. em relação ao servidor ELSIO JEOVÁ DOS SANTOS, Matrícula nº 094064-X, reiterar o cumprimento da determinação disposta no item II da Decisão nº 5.095/2015, no sentido de que seja encaminhado a esta Corte de Contas o Processo GDF nº 080.003.740/2007, para fins de apreciação do ato concessório;
  - b. em relação à servidora HELENA GUIMARÃES OLIVEIRA, Matrícula nº 0064576-1, reiterar o cumprimento do item IV da Decisão nº 5.340/2015, observando a adequação do pagamento (2/10 da Representação de Gabinete – Auxiliar A; 2/10 da Representação de Gabinete -Auxiliar – B; 2/10 da Representação de Gabinete – Oficial de Gabinete);



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



IV. determinar à Secretaria de Estado de Educação que, no prazo de 30 (trinta) dias:

- a. em relação à aposentada FRANCISCA DE FÁTIMA ALMEIDA DE DEUS, Matrícula nº 0037405-9, elaborar novo Abono Provisório corrigindo o percentual de ATS;
- b. informe, em relação à servidora LÚCIA MARIA MACIEIRA CANCIO, Matrícula nº 0075834-5, as providências adotadas para fins de ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente a título de licença-prêmio em pecúnia (número e andamento do processo instaurado);
- c. em relação à servidora NISIA MARIA FRANÇA DOS ANJOS, Matrícula nº 0036047-3, apresente a documentação comprobatória relativa ao percentual da parcela GAPED da servidora;
- d. quanto ao servidor JAIRTON DA SILVA CAMARA, encaminhar a documentação relativa à análise de compatibilidade horária entre os cargos ocupados (dois cargos de professor na SE, sendo um no cargo de Diretor, e um na iniciativa privada) emitida pela Comissão Permanente de Acumulação de Cargos;

V. autorizar:

- a. a remessa de cópia da instrução e da Decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Educação do Distrito Federal para melhor compreensão da matéria;
- b. o retorno dos autos à SEFIPE para as providências subsequentes.

À consideração superior.

Brasília, 08 de maio de 2020.

Gisele Luzineide Cararo  
Auditora de Controle Externo